

Policimento Ambiental e os Impactos na Redução dos Índices Criminais no Parque Nacional da Tijuca

Environmental Policing and Impacts on Reduction Criminal Rates in Tijuca National Park

Everton de Oliveira da Silva⁹

RESUMO

Criado em 1961, o Parque Nacional da Tijuca é uma das mais importantes unidades de conservação brasileira, possui relevância ecológica e hídrica para a cidade do Rio de Janeiro, é o parque nacional mais visitado no Brasil. As características da vasta biodiversidade e a oferta de atrativos naturais e culturais, como o Cristo Redentor, tornam o parque um dos principais equipamentos turísticos na cidade do Rio de Janeiro. Nos últimos anos, o parque foi alvo constante de ataques violentos aos visitantes, atingindo seu ápice em 2017, com mais de 500 vítimas. Através da amostragem não probabilística, observou-se a sensação de segurança a partir do policiamento ambiental nas trilhas. Esta foi a principal estratégia implementada pela Secretaria de Estado de Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro – SEPM para mitigar os índices criminais nas trilhas do parque.

Palavras-chave: segurança pública; Parque Nacional da Tijuca; turista; crime.

ABSTRACT

Created in 1961, Tijuca National Park is one of the most important Brazilian conservation units, has ecological and water relevance for the city of Rio de Janeiro, is the most visited national park in Brazil.

⁹ Doutorando em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal Fluminense. Mestre em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas pela UFRRJ (2022). Graduado em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ (2018) e graduado em Gestão de Turismo pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET (2016). Desenvolve pesquisas na área da sociologia urbana com foco nos impactos da violência urbana nas áreas protegidas, em especial Unidades de Conservação. Atuou como Tutor presencial no curso de Gestão de Turismo no CEFET/RJ no consórcio CEDERJ. Estuda sobre a violência urbana e os impactos para o desenvolvimento do turismo na região metropolitana do Rio de Janeiro. Desenvolve projetos de educação ambiental com crianças e adolescentes no Parque Estadual da Serra da Concórdia no município de Valença. E-mail: dasilvaco@outlook.com.

The characteristics of the vast biodiversity and the offer of natural and cultural attractions, such as Christ the Redeemer, make the park one of the main tourist attractions in the city of Rio de Janeiro. In recent years, the park has been the constant target of violent attacks on visitors, peaking in 2017, with more than 500 victims. Through non-probabilistic sampling, the feeling of safety was observed from environmental policing on the trails. This was the main strategy implemented by the State Secretariat of Military Police of the state of Rio de Janeiro - SEPM to mitigate criminal rates on the trails of the park.

Keywords: Public Security; Tijuca National Park; tourist; crime.

1 INTRODUÇÃO

O Parque Nacional da Tijuca (PNT)¹⁰ está entre os mais importantes parques nacionais do Brasil, possui grande importância ecológica e hídrica para a cidade do Rio de Janeiro. As características da vasta biodiversidade e a grande oferta de atrações naturais e culturais tornam o PNT um grande atrativo para quem visita a cidade, além disso, inúmeros habitantes locais fazem uso constante das áreas do parque para a prática de lazer. Localizado no município do Rio de Janeiro, é a unidade mais visitada do Brasil, tendo recebido 3,3 milhões e 3,2 milhões de visitantes em 2016 e 2017, respectivamente, se destacando como principal atrativo turístico na cidade do Rio de Janeiro nos anos de 2020 e 2021 (ICMBIO, 2022).

A visitação em parques nacionais tem crescido a cada ano, parte desta demanda é de turistas domésticos e internacionais, sendo a outra parte complementada por moradores do entorno das Unidades de Conservação (UCs) conforme apontam os registros do órgão ambiental responsável pela gestão destas áreas, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO)¹¹. Este órgão é responsável por manejar 335 Unidades de Conservação, que abrangem cerca de 78 milhões de hectares terrestres e 89 milhões de hectares marinhos (Souza; Simões, 2018).

¹⁰ O Parque Nacional da Tijuca é uma Unidade de Conservação definida pela Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e caracteriza os parques como Unidades de Proteção Integral.

¹¹ O ICMBio é uma autarquia federal criada pela Lei 11.516 de 28 de agosto de 2007. É vinculada ao Ministério do Meio Ambiente.

Com diversos atrativos naturais e culturais presentes, o PNT está dividido em quatro setores: Floresta da Tijuca, Serra da Carioca, Pedra da Gávea e Pretos Forros/ Covanca. Entre os atrativos destacam-se o Corcovado com a ilustre presença do Cristo Redentor, uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, a Vista Chinesa, o Mirante e o Heliporto Dona Marta, a Pedra da Gávea, a Pedra Bonita e a pista de voo livre, o Pico da Tijuca (ponto mais alto do PNT) e o Mirante do Excelsior. Alguns destes atrativos possuem trilhas para o seu acesso, como a Trilha da Pedra da Gávea, Trilha do Parque Lage-Corcovado (Cristo Redentor), Trilha do Pico da Tijuca e Trilha do Excelsior, dentre eles, há um atrativo em especial que representa a simbologia do imaginário turístico carioca, o Cristo Redentor.

Assim, com base no entendimento de que o imaginário é constituído pelas motivações criadas a partir dos sentimentos, desejos e necessidades dos turistas (Gastal, 2005), pode-se inferir que a atração do Complexo do Corcovado para estes estrangeiros se justifica, principalmente pelo fato de a estátua do Cristo Redentor ser o “símbolo” da cidade do Rio de Janeiro e do país e pela experiência que tende a proporcionar pela perspectiva panorâmica de observação da cidade e da natureza exuberante circundante (Irving et al., 2012, p. 473).

Anterior à criação do Parque Nacional da Tijuca, o Cristo Redentor foi concebido para ser um atrativo. É possível perceber que no início do século 20, buscava-se criar um atrativo turístico e que, após a criação do PNT, ampliou-se a visitação turística na região do maciço da Tijuca, fortalecendo a conservação ambiental atrelada à proteção dos mananciais de água e encostas. De acordo com Irving et al. (2012, p. 472), 40% dos turistas domésticos e 42% dos turistas estrangeiros que visitaram o monumento o fizeram por “considerarem o símbolo do Rio de Janeiro”.

Além dos benefícios ambientais, diversos benefícios sociais são absorvidos pela sociedade fluminense e seus turistas. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)¹² estabelece o objetivo dos Parques Nacionais, em seu artigo 11°.

¹² Lei n° 9.985, de 12 de julho de 2000.

O Parque Nacional tem como objetivo básico a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (Brasil, 2000).

O PNT por meio de seu Plano de Manejo¹³, buscando promover o uso público na UC, permite a prática de inúmeras atividades de lazer, tais como: caminhadas e corridas em trilhas, rapel, escalada, ciclismo, voo livre, banho de cachoeiras, contemplação da fauna e flora, prática de skate, observação de aves, educação ambiental, piqueniques, churrascos, entre outros (ICMBIO, 2022).

Nos últimos anos o Parque Nacional da Tijuca tem sido alvo constante de matérias jornalísticas negativas (Siqueira, 2012), diversos crimes de roubo, ameaça e agressão contra visitantes foram noticiados¹⁴. Em 2017 a taxa criminal atingiu seu ápice com mais de 500 vítimas, entre elas turistas domésticos e internacionais, assim como moradores da cidade, que se tornaram alvos de ações criminosas nas trilhas, em especial a trilha do Parque Lage – Corcovado¹⁵, que se tornou o principal local de ação destes criminosos.

O objetivo geral deste trabalho é analisar os impactos do policiamento ambiental no interior do Parque Nacional da Tijuca. Em paralelo, este trabalho visa identificar fatores que tenham contribuído para o aumento da violência no Parque Nacional da Tijuca. Propõe-se identificar o perfil dos visitantes que se tornaram vítimas de crimes no parque, bem como as áreas sensíveis às ações delituosas, os tipos de crimes cometidos contra os visitantes da UC e descrever a atuação policial empregada no parque, assim como a percepção de segurança dos entrevistados.

¹³ De acordo com a Lei 9.985/2000, que dispõe sobre o SNUC, o Plano de Manejo é um documento técnico que versa sobre as zonas do parque, incluindo a zona de amortecimento, e estabelece as normas internas da Unidade de Conservação.

¹⁴ Em 27/02/2012, Elenice Bottari noticiou no Jornal O Globo que 36 pessoas haviam sido assaltadas no interior do PNT.

¹⁵ Em 04/04/2017, o jornal O Globo noticiou que um grupo de 07 pessoas, sendo 04 turistas americanos haviam sido “atacados” na Trilha do Parque Lage – Corcovado.

Para entender o aumento da taxa criminal em 2017 no PNT e a consequente redução de mais de 60% no primeiro ano de atuação do Comando de Polícia Ambiental (CPAm), foi de suma importância analisar os indicadores criminais no estado e na região metropolitana e as consequentes externalidades para o Parque Nacional da Tijuca. O CPAm é um comando intermediário subordinado a Secretaria de Estado de Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro – SEPM, possui atuação em todo o estado do Rio de Janeiro, no que tange ao combate aos crimes ambientais e ao policiamento ostensivo nas diversas unidades de conservação do estado do Rio de Janeiro, atuando em conjunto com diversos órgãos federais, estaduais e municipais.

2 METODOLOGIA

Este trabalho foi construído através da minha observação acadêmica e experiência profissional ao longo dos anos atuando na área ambiental, onde por diversas vezes foram presenciados relatos de vítimas de crimes praticados no interior do Parque Nacional da Tijuca. Desenvolvido através de pesquisa exploratória, com a coleta de dados para amostragem não probabilística. Os dados primários foram coletados através de formulário com abordagem quantitativa e qualitativa. Foram aplicados formulários semiestruturados a 240 visitantes, visando identificar o perfil socioeconômico, as entrevistas foram realizadas sem a identificação dos entrevistados, e foram aplicados em 02 etapas, a primeira etapa de janeiro a março de 2020, e a segunda, disponibilizada *online*, entre setembro de 2020 e dezembro de 2021. Tal divisão e lapso temporal na pesquisa, se justificam devido ao evento da pandemia de COVID-19 e o fechamento dos parques nacionais no Brasil.

A coleta de dados secundários foi realizada junto aos órgãos de segurança pública, Instituto de Segurança Pública (ISP), Delegacia de Atendimento ao Turista (DEAT), Secretaria de Estado de Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro (SEPM), Batalhão de Policiamento Turístico (BPTur) e Comando de Polícia Ambiental (CPAm).

No *site* do ISP foram extraídos dados de dois sistemas distintos, ISPGEO e GerencialWeb. No ICMBio, foi realizada solicitação de acesso aos dados por meio do SISBIO, e acesso ao sistema ArcGis. Na

SEPM os dados foram solicitados via Lei de Acesso à Informação¹⁶ e o Decreto Estadual n° 43.597, de 16 de maio de 2012.

3 O PNT E A VIOLÊNCIA

O desenvolvimento de ações violentas no interior das UCs denota um grande desafio aos gestores destas áreas protegidas. O crescimento e a evolução das áreas urbanas estão diretamente relacionados aos “problemas de ordem social e habitacional, valores culturais e arquitetônicos” (Peixoto et al., 2008, p. 9). Os Parques Nacionais possuem diversos objetivos básicos: a preservação dos ecossistemas naturais, o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, recreação e turismo ecológico (Czapski, 1998).

Conforme apontam os indicadores criminais dos municípios fluminenses, o município carioca¹⁷ se destaca por possuir considerável inclinação ascendente nos indicadores de mensuração dos mais diversos crimes. Tais indicadores têm acompanhado o crescimento populacional na última década. Categoricamente os crimes de roubo¹⁸, furto¹⁹ e ameaça²⁰, previstos no Código Penal Brasileiro²¹, tiveram considerável crescimento na cidade do Rio de Janeiro, com impactos negativos para a comunidade turística e para os visitantes do PNT (Siqueira, 2012).

Nos últimos 10 anos, alguns pesquisadores correlacionaram as questões social, econômica, ambiental e de segurança pública como fatores determinantes para a percepção dos níveis de violência e “medo social” (Tomé, 2013). Conforme dados fornecidos pelo Instituto de Segurança Pública (ISP) do estado do Rio de Janeiro, é possível observar que o escalonamento da violência foi maior na região metropolitana

¹⁶ Lei Federal n° 12.527, de 18 de novembro de 2011.

¹⁷ Gentílico dado aos moradores da cidade do Rio de Janeiro.

¹⁸ Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência à pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência: Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

¹⁹ Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

²⁰ Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

²¹ Decreto-Lei n° 2.848, de 07 de dezembro de 1940.

do estado. O roubo a transeunte, por ser um crime essencialmente patrimonial, com a obtenção de pequenos bens e/ou dinheiro, é o crime mais registrado no estado e na região metropolitana, bem como no interior do PNT (ISP, 2022).

Levantamentos estatísticos denotam a relação direta da violência com o turismo e os impactos negativos para a visitação do PNT, bem como para a economia local. No que tange à visitação dos cartões postais inseridos no parque, especialmente o Cristo Redentor, foram identificadas as áreas de atuação em relação aos crimes de roubo, agressão e ameaça, sofridos pelos visitantes, algumas trilhas foram identificadas como áreas sensíveis, sujeitas à maior incidência de ataques criminosos aos visitantes, estabelecendo um impacto direto nestes atrativos.

Realizar a comparação estatística do número de vítimas foi fundamental para entender a repercussão entre os turistas domésticos e internacionais, profissionais do *trade* turístico, colaboradores do PNT, visitantes locais e moradores da região. Identificar a experiência negativa foi importante também para entender como esta pode se tornar fator limitante para uma futura visita à cidade do Rio de Janeiro e ao PNT.

4 AS UNIDADES DE POLÍCIA PACIFICADORA (UPPS) E O PNT

Com a chegada em 2007 do novo governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, alinhado ao governo federal da época, e com a cidade do Rio de Janeiro recebendo a partir de 2007 grandes eventos internacionais, como o Pan Americano, naquele mesmo ano, a Copa do Mundo de Futebol da FIFA, em 2014 e os Jogos Olímpicos de Verão, em 2016, a segurança passou a ser uma grande preocupação para as autoridades nacionais e internacionais. O questionamento se o Estado conseguiria assegurar a segurança dos jogos e participantes durante o período desses eventos era recorrente (Burlamaqui; Gomes, 2016).

Para o governador Sérgio Cabral, o problema da violência no estado do Rio de Janeiro era provocado por quadrilhas de tráfico de drogas por domínio de “território”, este localizado em favelas (Burlamaqui; Gomes, 2016). Durante sua gestão, o governador Sérgio Cabral deu luz à agenda da segurança pública que propunha algumas ações de políticas públicas a serem desenvolvidas, entre as quais:

- As Unidades de Polícia Pacificadora – Tinham como objetivo o envolvimento da comunidade, uma parceria entre a polícia e a comunidade questões prioritárias, a solução dos problemas. Elaboração de estratégias preventivas para solução de problemas, a partir de um diagnóstico realizado pela polícia, tendo em vista as informações e necessidades da própria comunidade e a descentralização das decisões (Skogan, 2008);
- Sistema de Metas – Tinha como principal objetivo desencadear ações integradas de prevenção e controle qualificado do crime e estabelecer as metas para a redução da incidência dos Indicadores Estratégicos de Criminalidade, sobretudo a letalidade violenta;
- CIPP – A Companhia Integrada de Polícia de Proximidade é um projeto da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), atual SEPM, iniciado em 28 de fevereiro de 2015, nos bairros de Vila Isabel, Grajaú e Andaraí. Em termos operacionais, o projeto se baseava em três eixos principais: a divisão territorial com responsabilização operacional, o policiamento de proximidade, e o policiamento orientado ao problema.

Em 19 de dezembro de 2008, a primeira UPP iniciou suas atividades na favela do Morro Dona Marta, no bairro de Botafogo, zona sul da cidade do Rio de Janeiro, nascia o projeto sem qualquer normatização pregressa. Dois meses depois, em 18 de fevereiro de 2009, era a vez da segunda UPP, UPP do Batan, um bairro da zona oeste da cidade dominado por milícias (ISP, 2022). Após mais de dois anos de início da primeira UPP, já com 16 UPPs em atividade, surge a primeira normatização sobre as UPPs²².

As 38 UPPs criadas alcançaram cerca de 680 mil pessoas como grupo de tratamento (ISP, 2022) das 1,4 milhão de pessoas do grupo de controle presente na cidade do Rio de Janeiro (IBGE, 2021). Na cidade de Duque de Caxias foi instalada uma única UPP, na localidade conhecida como Mangueirinha, a única unidade fora da capital.

²² Resolução da extinta Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (SESEG), nº 443 de 03 de março de 2011.

Para alcançar os objetivos, a política de pacificação implementada pela extinta Secretaria de Segurança Pública durante o governo do ex-governador Sérgio Cabral (2007-2014) e continuada durante o governo do também ex-governador Luiz Fernando Pezão (2014-2018), preconizava 05 etapas: análise estratégica, intervenção tática, estabilização, implantação da polícia pacificadora e avaliação e monitoramento (ISP, 2022).

Por circunvizinhar 22 bairros da cidade do Rio de Janeiro, o PNT faz limite com diversas áreas habitadas. Parte da população do entorno da UC habita aglomerados subnormais, as populares favelas, em algumas destas foram instaladas UPPs devido ao domínio do território por grupos armados narcotraficantes. São elas: UPP Dona Marta, UPP Rocinha, UPP Vidigal, UPP Borel, UPP Formiga, UPP Andaraí, UPP Cerro-Corá, UPP Escondidinho e Prazeres, UPP Salgueiro, UPP São João, Matriz e Queto, UPP Lins, UPP Camarista Méier, UPP Coroa, UPP Fallet e Fogueteiro, UPP São Carlos.

A política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro, implementada em 2008 durante o mandato do ex-governador Sérgio Cabral, obteve expressiva redução dos índices de criminalidade durante os primeiros anos de ação. A “retomada de território” pelo governo do estado se concentrou na capital do estado, a cidade do Rio de Janeiro (Burlamaqui; Gomes, 2016).

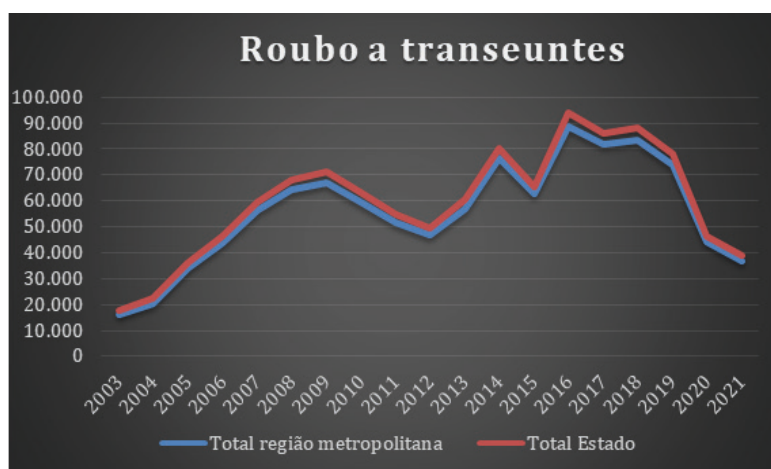
5 A CRISE E O CRIME NO RIO DE JANEIRO

Há de se destacar que em 2014 a cidade do Rio de Janeiro recebeu a Copa do Mundo de Futebol Masculino da FIFA. A partir do final de 2014, o estado do Rio de Janeiro dava indícios de uma possível crise financeira, fato este confirmado ao longo de 2015 e oficializado com o Decreto Estadual nº 45.692, de 17 de junho de 2016, tendo declarado o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira do governo do estado do Rio de Janeiro²³.

²³ Ratificado pela Lei Estadual nº 7.483, de 08 de novembro de 2016.

A partir deste mesmo período é possível observar relativo aumento das taxas do crime de roubo a transeuntes no estado do Rio de Janeiro, tendo seu ápice em 2016, conforme observado no gráfico 1. Diversos índices criminais se elevaram, com destaque para o aumento dos crimes patrimoniais. Com o advento de tal crise, a taxa de desemprego no estado se elevou com agravo e impacto direto na indústria petrolífera e da construção civil.

Gráfico 1 – Total de roubos a transeuntes 2007 – 2021



Fonte: ISP, 2022.

Com os índices de criminalidade registrando acentuada elevação, a dotação do discurso de ingerência do ex-governador Luís Fernando Pezão, a interferência de atores políticos e a pressão da sociedade fluminense, culminaram na intervenção federal na pasta da segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Por meio do Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018, no qual estabeleceu-se a operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), o General Braga Neto²⁴ assumiu a gerência da segurança pública do estado por dez meses, tendo o Exército Brasileiro investido R\$1,2 bilhão na segurança pública com a aquisição de equipamentos, treinamento e implementação de ações operativas.

²⁴ Ex-Ministro de Estado no Governo do Presidente Jair Bolsonaro (2019 - 2023).

A partir de 2019, os dados demonstram discreta diminuição dos principais índices criminais no estado do Rio de Janeiro. Os anos de 2020 e 2021 acentuam a queda dos índices, tal fato, talvez possa ser explicado devido às restrições impostas durante a pandemia de COVID-19. Durante a intervenção federal, 9 UPPs foram desativadas e seus territórios passaram à gestão dos batalhões policiais da área, cujas desativações das UPPs, símbolo do até então modelo de segurança pública fluminense, estão descritas na tabela 1.

Tabela 1 – UPPs desativadas durante a GLO

UPP	Data de Ocupação	Data de Desativação
BATAM	12/07/2008	Maio 2018
Mangueirinha	05/08/2013	Junho 2018
Vila Kennedy	13/03/2014	Junho 2018
Cidade de Deus	11/11/2008	Agosto 2018
Camarista Méier	06/10/2013	Setembro 2018
São Carlos	06/01/2011	Outubro 2018
Coroa / Fallet /Fogueteiro	06/01/2011	Dezembro 2018
Caju	03/03/2013	Dezembro 2018
Cerro-Corá	29/04/2013	Dezembro 2018

Fonte: ISP, 2022.

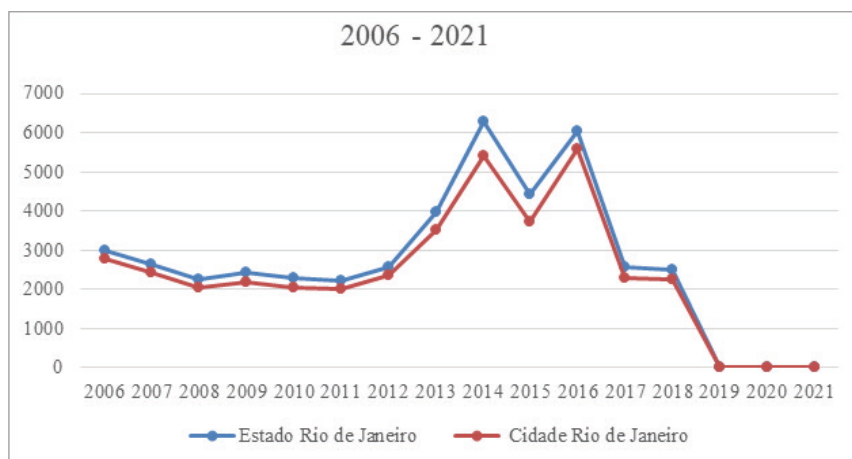
6 ROUBOS A TURISTAS

Assim como a população local, os turistas que visitam a cidade estão sofrendo rotineiramente com o aumento da violência (Siqueira, 2012). Diversos indicadores exemplificam como a violência tem atingido os turistas e em especial aqueles que visitam o Parque Nacional da Tijuca. Para melhor interpretação dos dados, foi escolhido para comparativo o ano de 2017, pois foi o ano que obteve a maior incidência de crimes no interior do PNT, embora o ano de 2016 tenha maior repercussão negativa para o estado do Rio de Janeiro e a região metropolitana.

A Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), estima que apenas de janeiro a abril de 2017²⁵, a violência tenha contribuído incisivamente na perda de R\$320 milhões em receitas para o turismo no estado do Rio de Janeiro, o que equivale a 42% do valor arrecadado no mesmo período em 2016 (CNC, 2017).

Conforme pode ser observado no gráfico 2, roubos a turistas tiveram picos em 2014 e 2016, coincidindo com os megaeventos da Copa da FIFA e Olimpíadas, respectivamente. Os números sugerem, portanto, que o aumento das vítimas potenciais neste período configurou em maior incidência deste tipo de crime.

Gráfico 2 – Total de roubos a turistas



Fonte: ISP, 2022.

A queda observada a partir de 2019, poderia ser devido à pandemia da COVID-19. Entretanto, tal justificativa para esta trajetória descendente nos índices não pode ser afirmada, uma vez que ao se questionar tais dados, o ISP respondeu que:

²⁵ Dados do ISP demonstram que os anos de 2006 e 2017 se destacam pelos indicadores da violência no estado do Rio de Janeiro.

Esclarecemos que, de acordo com a Instrução Normativa SESEG nº 02, de 30 de agosto de 2018, as estatísticas sobre ocorrências com turistas devem ser feitas a partir da qualificação da vítima como tal em campos específicos do sistema de registros de ocorrência da Secretaria de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente descontinuidade no uso das titulações “Furto a turista” e “Roubo a turista”.

Portanto, a partir do 2º semestre de 2018, o registrado sob as titulações supramencionadas inicia um processo de desuso, sendo completamente inutilizado em 2019. No entanto, até a presente data, o ISP não possui acesso aos campos específicos dispostos na Instrução Normativa supracitada, fato este que leva o ISP a não fornecer microdados de “Furto a turista” e “Roubo a turista” a partir de 2019.

O processo de incorporação dessa informação está em desenvolvimento pelo Departamento Geral de Tecnologia da Informação e Telecomunicações (DGTIT/SEPOL), ainda sem data prevista para conclusão (ISP, 2022).

Com a ausência de dados mais específicos referentes a crimes contra turistas, foram solicitados dados junto à Delegacia Especial de Atendimento ao Turista (DEAT), subordinada à Secretaria de Estado Polícia Civil do estado do Rio de Janeiro, porém sem sucesso na obtenção dos dados²⁶. Já que a região metropolitana é responsável por mais de 90% destes registros, a consequência direta destes índices é a repercussão na demanda turística, cujos números negativos também se refletiram nos turistas.

7 A CATEGORIZAÇÃO DO CRIME NO PNT

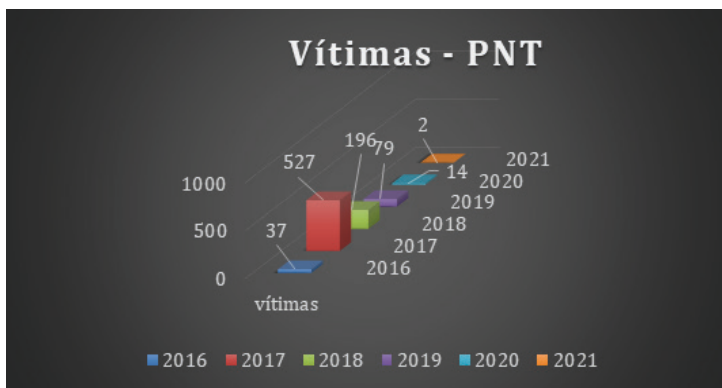
A limitação das áreas do PNT com diversas comunidades com seus territórios dominados por grupos narcotraficantes, mesmo aquelas com UPPs, tornam a área bastante sensível. A amplitude da região, a densidade demográfica e os conflitos sociais na segurança

²⁶ Os dados foram solicitados em junho de 2020, na plataforma e-sic do Governo do Estado do Rio de Janeiro, protocolo nº 11169, SEI nº 360334/000186/2020, baseados na Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. O pedido foi negado com a justificativa de: “O detalhamento das informações solicitadas causaria o comprometimento do trabalho desta especializada, por um período considerável, não sendo razoável o seu atendimento. Assim, cabe ao poder público analisar se o pedido é razoável e se compromete a realização das atividades de rotina da unidade requerida. O caso em tela acarretará prejuízo nas atividades de segurança pública” (DEAT/SEPOL). Para tal, o pedido foi considerado “desproporcional”. Mesmo diante da negativa mais dos recursos foram tentados, mas sem sucesso, sendo considerado que a publicidade dos dados tinha interesse individual e não coletivo.

pública, estabelecidos principalmente por grupos armados dominantes de diversos territórios, tornam o PNT local de delitos com a certeza da impunidade. Devido à área ser florestal, há fáceis acessos de fuga para as comunidades limítrofes ao parque. A sensação de impunidade por parte dos marginais é percebida no número de casos que ocorreram nas trilhas no acumulado dos anos.

Os registros de delitos na trilha obtidos junto ao ICMBio se concentram a partir de dezembro de 2016, em uma ocorrência envolvendo 37 visitantes, embora pesquisadores já tenham relacionado a violência no PNT na década passada, não há registros de crimes no interior do parque em anos anteriores. Durante o ano de 2017, os casos se tornaram frequentes, sendo a UC alvo de inúmeras reportagens negativas que demonstravam os riscos para os visitantes da unidade de conservação. Nos primeiros meses do ano, diversos grupos de visitantes foram vítimas de crimes no interior do PNT. Os principais ataques ocorreram na Trilha do Parque Lage-Corcovado, a mais procurada pelos visitantes, durante o momento de lazer e interação com a natureza. O gráfico abaixo exemplifica este aumento exponencial.

Gráfico 3 – Total de vítimas por ano no PNT



Fonte: ICMBio, 2022.

Os indicadores demonstraram que, assim como no estado, em especial a região metropolitana, ao longo do ano de 2017, foram registrados inúmeros casos de crimes cometidos contra os visitantes no interior do PNT. Os casos mais críticos veiculados na mídia foram

assaltos a turistas estrangeiros, como o caso do turista russo que sofreu lesão na cabeça provocada por uma “coronhada”²⁷ e o ataque por faca a um turista polonês²⁸, que sofreu um corte no braço, ambos necessitando de auxílio médico.

Em 2017, ocorreu a maior incidência de ocorrências criminais registradas no interior do PNT. Uma hipótese plausível, é que o aumento dos grupos criminosos em comunidades com UPPs no entorno do parque, somado ao grande fluxo de visitantes, a ausência de segurança aos visitantes no percurso das trilhas, mostrou-se uma alternativa para a prática de crimes com vistas a bens patrimoniais. Importante observar que os casos de delitos cometidos no interior do Parque foram catalogados a partir dos registros realizados pela equipe do PNT, logo, o período tratado corresponde apenas aos registros catalogados pelo ICMBio.

Em julho de 2017, após inúmeros assaltos na trilha, o Movimento Trilha Transcarioca realizou uma manifestação para chamar a atenção e cobrar do poder público ações de segurança na trilha (Menegassi, 2017). Mesmo o fato tendo repercussão na imprensa, observou-se através dos indicadores, que não houve ações imediatas por parte dos órgãos de segurança pública, pois os assaltos continuaram ao longo do ano de 2017.

Embora as ações ordinárias da SEPM deem conta de que 22 policiais militares²⁹ atuavam ostensivamente no interior e nas áreas limítrofes do PNT durante o ano de 2017, mesmo com 03 pessoas tendo sido presas em flagrante delito no primeiro trimestre do ano na trilha, observa-se claramente que as ações persistiram ao longo dos anos, permanecendo até 2021. Por diversas vezes, as vítimas relataram características de indivíduos diferentes em distintas ações, armas de fogo e agressividade. Cabe ressaltar que não houve nenhuma prisão decorrente de investigação por parte da DEAT (SEPM, 2021).

²⁷ Lesão contundente provocada pela coronha de uma arma de fogo.

²⁸ Globonews – <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/turistas-estrangeiros-sao-assaltados-e-esfaqueados-em-trilha-no-rio.html>.

²⁹ Segundo a Secretaria de Estado de Polícia Militar (SEPM), 16 policiais atuavam 24hs por dia e outros 06 policiais do BPTur atuam apenas no período diurno.

A junção do Parque Lage e do Complexo do Corcovado criou um produto turístico aceitável aos olhos dos turistas e visitantes. Mediante tal fato, a Trilha do Parque Lage – Corcovado tornou-se uma boa opção de lazer associada à oportunidade de visitar, ao mesmo tempo, dois importantes cartões postais da cidade do Rio de Janeiro: o Parque Lage no início e o Cristo Redentor no fim da trilha.

A trilha que inicia aos fundos do Palacete do Parque Lage tem 3,4 km de extensão. Em média é percorrida em 2 horas, estando o Corcovado no final do trecho, a 710 metros de altitude. É considerada moderada e grande atrativo para os praticantes de trilhas. O Cristo Redentor está localizado no final da trilha, por este motivo, inúmeros visitantes a percorrem. Todavia, devido aos constantes assaltos, percorrê-la tornou-se um desafio devido aos ataques criminosos contra os visitantes.

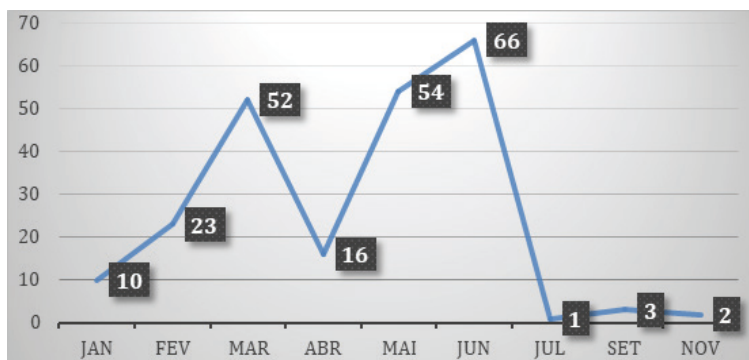
8 OS DADOS DA TRILHA DO PARQUE LAGE-CORCOVADO

Conforme anteriormente exposto, esta trilha se destaca como uma das opções de lazer no interior do PNT. Porém, os delitos em maior quantidade e agressividade foram cometidos na trilha no ano de 2017, segundo os dados compilados em gráficos a partir dos dados obtidos nos mais diversos órgãos que registraram as ocorrências de roubos, entre eles: o ICMBio, o ISP, a SEPM e o Movimento Trilha Transcarioca.

Em 2017, 527 pessoas foram vítimas de crimes no interior do PNT. Exclusivamente na Trilha do Parque Lage-Corcovado, foram 384 (73%) vítimas de roubos, em 33 registros distintos, enquanto as outras 143 (27%) pessoas foram vitimadas em outros pontos do parque³⁰.

³⁰ Nas outras regiões do PNT os crimes foram de furtos, roubos e tentativas de roubo.

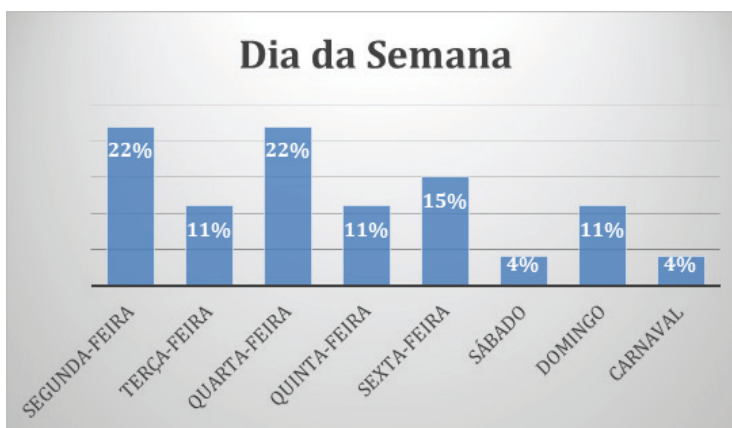
Gráfico 4 – Distribuição dos crimes por mês no ano de 2017 no PNT



Fonte: ICMBio, 2020.

Conforme demonstra o gráfico 4, ao longo de 2017 foram registradas 221 ocorrências no Parque Nacional da Tijuca. A incidência das ocorrências aconteceu entre os meses de janeiro a novembro, tendo o pico no mês de junho com 66 ocorrências. Destaque para o dia 23 de fevereiro de 2017, pois em um único dia, 101 pessoas foram assaltadas por dois homens portando uma faca e uma arma de fogo³¹ (ICMBIO, 2020).

Gráfico 5 – Roubos conforme o dia da semana



Fonte: ICMBio, 2020.

³¹ Informação extraída do sistema de registros de ocorrências do ICMBio.

Ao analisar os roubos com correspondência ao dia da semana em que o delito foi cometido, observa-se no gráfico 5 que as segundas-feiras e quartas-feiras foram os dias com maior incidência. Cabe destacar que todos os dias da semana tiveram relatos de assaltos na trilha. No gráfico foi destacado o período do carnaval, que compreende a 5 dias, com início no sábado e término na Quarta-Feira de Cinzas.

Em relação ao objeto utilizado para praticar o crime, foram registrados 03 tipos de armas diferentes: armas de fogo³² (revólver e pistola), armas brancas (facas e canivetes) e um simulacro³³. Em 39% das ocorrências foram utilizadas armas brancas, em 18% armas de fogo, em 3% foram utilizadas armas de fogo e armas brancas, em 4% a ocorrência foi feita com o uso de simulacro e em outras 36% ocorrências não foram informadas os objetos utilizados na prática delituosa.

Em relação ao período do dia, o período noturno, nesta análise, não se aplica, visto que o horário de funcionamento do PNT é das 8 horas às 17 horas. No período da manhã, 21% dos casos foram contabilizados, sendo os 79% dos casos no período vespertino (ICMBio, 2020). Ainda segundo os relatos das vítimas e os registros, em sua grande maioria os itens roubados eram patrimoniais: celulares, mochilas, dinheiro, joias e câmeras digitais.

No geral, os delitos eram cometidos por dois ou mais indivíduos, em grande parte das ocorrências as vítimas foram abordadas em trechos específicos da trilha. Algumas destas trilhas com acesso às áreas das UPPs, limítrofes ao PNT, tendo como destaque pela proximidade as UPPs: Cerro Corá (desativada em dezembro de 2018), Borel, Rocinha, Santa Marta e Andaraí.

Aproximadamente após 40 minutos de se iniciar a trilha, tendo percorrido cerca de 2,5 km, existe um local chamado de “as correntes”. Consiste em uma rocha íngreme que possui grampos de ferro presos na rocha e uma corrente de ferro presa para auxiliar a subida e descida. Neste local os visitantes necessitam esperar, pois a subida deve ser feita com cautela. É neste local que as abordagens e consequentemente os delitos criminosos ocorreram.

³² O uso da arma de fogo agrava a pena conforme descreve o Código Penal: Art.157 - § 2º- A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços); I – se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo;

³³ Objeto que simula uma arma de fogo, podendo ser de fabricação artesanal ou industrial.

O PNT tem sofrido há pelo menos uma década com os ataques de criminosos. Constantes apontamentos realizados pelo monitoramento do ICMBio e de pesquisadores associados já demonstravam os diversos impactos socioambientais para o parque, a sociedade e o *trade* turístico no primeiro decênio do século (Peixoto et al., 2008).

No interior e no entorno dessas unidades de conservação, a ocorrência de ações de criminalidade impõe desafios específicos aos gestores e a adoção de procedimentos relacionados com o aumento do quadro de segurança terceirizada, maior solicitação da Polícia Militar do Governo do Estado do Rio de Janeiro, da Guarda Municipal e, no caso do PNT, unidade de conservação federal, da Polícia Federal. Para o enfrentamento dessa problemática, que tende a assumir complexidade crescente, não foram concebidas estratégias, medidas específicas e mecanismos de segurança apropriados às condições de uso público e de conservação da biodiversidade. No entanto, a gestão em circunstâncias pouco triviais de conexão entre zonas de alta concentração urbana, contextos de pobreza e risco, exclusão social e conservação da biodiversidade, impõe influências perversas e continuadas sobre o desenvolvimento sustentável brasileiro (Peixoto et al., 2008, p. 3).

Para Siqueira (2012), a situação pode ser ainda mais grave, pois a percepção do turista é mais aguçada do que a dos moradores locais, afinal quanto maior foi o distanciamento do turista para com sua terra natal, maior pode ser o trauma.

Antes de tudo, a metrópole é o palco onde se processa o drama cotidiano de moradores, o que não exclui os milhares de turistas que visitam a cidade do Rio de Janeiro. Por não estarem inseridos nos códigos sociais e culturais usados nas negociações do cotidiano, turistas experimentam, acredito, suas emoções em uma intensidade maior. Na condição de estrangeiros, afastados de seu cotidiano, turistas se encontram muito mais vulneráveis às dinâmicas da metrópole carioca (Siqueira, 2012, p. 467).

A violência presente no PNT se torna um fator determinante na escolha do visitante. Para muitos visitantes, estrangeiros ou não, há uma limitação estabelecida pelos atos conhecidos de violência e assaltos na trilha. Os “visitantes se sentem intimidados” diante das constantes notícias de assaltos na região (Tomé, 2013, p. 226).

Em tempos de promulgação de atividades físicas ao ar livre e maior contato com a natureza, a prática de caminhar em trilhas está

diretamente relacionada às relações motivacionais que cada indivíduo possui. A busca pela natureza e a prática de lazer e entretenimento voltados para ambientes naturais estão sofrendo impactos negativos devido aos casos de violência presentes no PNT.

9 A ATUAÇÃO DA POLÍCIA AMBIENTAL

A atuação da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro se dá através do Comando de Polícia Ambiental³⁴ foi criado pelo Decreto Estadual nº 43.641, de 15 de junho de 2012. O CPAm possui 08 subunidades, possuem a denominação de Unidades de Polícia Ambiental – UPAm, com atuação em todo o estado do Rio de Janeiro. Em 2017, o CPAm possuía o efetivo de 317 policiais militares incumbidos de atuarem no policiamento ambiental com principal foco nas unidades de conservação do estado, bem como na preservação da ordem pública, atuando no patrulhamento das “principais trilhas buscando prover a segurança e integridade física dos visitantes das trilhas nos finais de semana e feriados” (SEPM, 2021). Mediante as demandas do estado do Rio de Janeiro e as especificidades do CPAm, a unidade tem atuado em conjunto com diversos órgãos, federais, estaduais e municipais.

As principais unidades da SEPM a atuarem incisivamente no PNT são o BPTur e o CPAm, sendo que este último emprega seu efetivo diretamente nas trilhas, enquanto o primeiro nos principais atrativos turísticos. A SEPM informou que o CPAm empregou durante os anos de 2015 e 2016, 8 policiais aos sábados, domingos e feriados. Entre 2017 e 2019, a mesma unidade policial passou a empregar 4 policiais por dia entre os dias de semana, de segunda-feira a sexta-feira, e 8 policiais aos sábados e domingos. Para o ano de 2020, foram empregados 6 policiais por dia entre os dias de semana, de segunda-feira a sexta-feira, e 12 policiais aos sábados e domingos. Já para o ano de 2021, a SEPM informou que o policiamento é feito através do Regime Adicional de Serviço (RAS)³⁵, sendo que o número foi reduzido para 2 policiais durante a semana e 4 policiais durante o final de semana. (SEPM, 2021).

³⁴ Anteriormente, o CPAm tinha a denominação de Batalhão de Polícia Florestal e de Meio Ambiente – BPFMA, tendo sido criado inicialmente na década de 70.

³⁵ Os policiais de folga se escalam voluntariamente para o trabalho “extra” complementar a renda.

Segundo a SEPM, embora as UPPs – Rocinha, Vidigal, Santa Marta, Salgueiro, Borel, Formiga, Macacos e Andaraí – possuam área de policiamento limítrofe com a área do PNT, estas unidades não empregam policiamento voltado para o parque. Ainda de acordo com a SEPM, por meio de convênio do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS)³⁶, entre setembro de 2017 e agosto de 2020, R\$700 mil foram destinados à alocação de policiais militares no reforço do policiamento na área do Trem do Corcovado. Entre setembro de 2017 e julho de 2020, 2,4 milhões de reais foram destinados ao mesmo programa no reforço do policiamento em parceria com a empresa Paineiras Corcovado, consórcio responsável por administrar turisticamente o Cristo Redentor (SEPM, 2021).

Na pesquisa realizada entre janeiro de 2020 e dezembro de 2021 observou-se que para 71% dos turistas internacionais que visitaram o PNT, o local pode ser considerado “seguro”, ao passo que 29% consideraram “muito seguro”. Já em relação aos turistas domésticos, metade apontou o local como “seguro” e a outra parte como “pouco seguro”. Os visitantes oriundos da cidade do Rio de Janeiro e da região metropolitana opinaram como 57% sendo “seguro”, 11% “muito seguro”, 24% pouco seguro e 8% “nenhuma segurança”. Tal sensação positiva pode ser explicada pelo aumento da segurança com consequente policiamento no interior do PNT, sobretudo nas trilhas, conforme informou a SEPM.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, os entrevistados refletiram, em parte, os anseios dos visitantes. Conforme observado, por mais que não haja plena sensação de segurança, o visitante almeja estar em contato com a natureza e, para isto, têm se valido de estratégias que visem mitigar os riscos durante a visita. Mesmo diante das notícias de assaltos nas trilhas, os visitantes habituais não deixaram de realizá-la, apenas adaptaram-se às condições. Os dias de percorrer a trilha

³⁶ Programa que permite convênio com instituições privadas para auxiliar no aumento do efetivo policial com o objetivo de aumentar a segurança pública. Os policiais se escalam voluntariamente para o serviço como forma de complementar a renda.

foram alterados, dando preferência aos finais de semana devido à maior presença de pessoas e policiais. Os visitantes procuraram levar apenas itens essenciais, sem carregar celulares, dinheiro e câmeras fotográficas. Segundo alguns relatos, quanto maior fosse o grupo de pessoas, maior era a sensação de segurança. As reações dos visitantes devem ser consideradas como importantes, dado que o principal produto de um espaço turístico são as experiências.

Outro fator a se destacar é que não há interação estratégica entre os órgãos de segurança pública. Ao que se percebe, as ações de estratégias de policiamento ostensivo da SEPM, representadas pelas suas diversas unidades policiais não estão interligadas, principalmente no que tange ao policiamento das áreas limítrofes realizados pelos batalhões de área como: 2º Batalhão de Polícia Militar - BPM, 6º BPM, 18º BPM, 23º BPM e UPPs e o policiamento nas áreas internas realizados pelo BPTur e CPAm. Ao que tudo indica, cada unidade operacionaliza suas ações individualmente, assim como a DEAT e as delegacias locais. Estudos sobre as estratégias e a ausência de comunicação entre as instituições de segurança pública e promotoras do turismo se fazem necessários.

Importante frisar que para a resolução desta pesquisa, identificou-se que parte considerável dos roubos aos visitantes não foram registrados em delegacia policial, foram registrados, em sua maioria, pelos colaboradores do ICMBio. Ademais, quando as vítimas eram turistas estrangeiros, os crimes eram registrados na DEAT, ao passo que quando as vítimas eram turistas nacionais e/ou moradores da região metropolitana, os registros eram feitos na delegacia responsável pela área onde o crime fora cometido, denotando considerável especificidade no tratamento das vítimas. Além disto, a mudança no tratamento dos dados relativos aos crimes contra turistas nos anos de 2020 e 2021 por parte do ISP, prejudicou em parte, a aferição dos índices de crimes patrimoniais analisados. A dificuldade observada diante da negativa na obtenção dos dados por alguns órgãos foi fator limitador nesta pesquisa, o que denota a necessidade de pesquisas mais aprofundadas.

Em suma, pode se afirmar que, o emprego do policiamento ambiental nas trilhas pelo CPAm, junto ao policiamento do BPTur nos atrativos turísticos fora das trilhas, somado ao PROEIS do Trem do Corcovado, permitiram mitigar o crescimento da prática criminosa. Se o ano de 2017 representou um aumento exponencial de 1.430% em

relação ao ano de 2016, o ano de 2018, apresentou redução de 63% dos índices criminais em relação a 2017. Em 2019, a taxa se mantém em redução, atingindo 60% de queda em relação ao ano de 2018. Embora o ano de 2020 tenha alcançado a redução de 63% dos índices criminais em relação ao ano inicial da observação, 2016, e o ano de 2021 tenha registrado apenas 02 vítimas, tais dados se mostram ímpares, pois a pandemia reduziu consideravelmente o quantitativo de visitantes.

Não foi possível mensurar as consequências na visitação do PNT para os anos de 2020 e 2021, pois a queda na visitação nestes anos não se justifica pela violência, mas em si, por consequência da pandemia da COVID-19 e as normas de afastamento implementadas ao longo dos últimos dois anos. Acredito que trabalhos futuros poderão identificar as relações de lazer estabelecidas com o PNT durante a pandemia, sobretudo no período de afastamento social.

11 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei Federal Nº 9.985 de 18 de julho de 2000 – Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Planalto Federal. Brasília, 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm. Acesso em: 20 mai. de 2020.

BURLAMAQUI, P. O.; GOMES, E. R. A Trajetória da Política de Pacificação do Rio de Janeiro desde a Redemocratização: Diferentes Iniciativas Governamentais até a Instituição das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs). **Brasiliana – Journal for Brazilian Studies**. v. 4, n. 2, 2016, p. 14-41.

CZAPSKI, S. **A implantação da educação ambiental no Brasil**. Brasília: MEC, p. 166, 1998.

ICMBIO. **Parque Nacional da Tijuca**. ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/parnatijuca/guia-do-visitante.html>. Acesso em: 15 jan. de 2022.

ICMBIO. **Relatório de solicitação de dados – via SISBIO**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. Rio de Janeiro, 2020.

IRVING, M.A.; CORRÊA, F.V.; CONTI, B.R; BOTELHO, E.S.; PEIXOTO, S.L. Corcovado: reflexões sobre imaginários e impressões dos turistas no Parque Nacional da Tijuca (RJ) no contexto de valorização da cidade pela UNESCO. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.5, n.3, set/dez-2012, p.464-481, 2012.

ISP - **Dados Abertos**. Instituto de Segurança Pública. Rio de Janeiro, (2020 - 2022). Disponível em: <http://www.ispdados.rj.gov.br/>. Acesso em: 05 jan. de 2022.

MENEGASSI, D. Movimento Transcarioca manifesta por segurança na Trilha. **O Eco**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em <https://www.oeco.org.br/blogs/salada-verde/movimento-transcarioca-manifesta-por-seguranca-na-trilha/>. Acesso em: 08 out. de 2021.

PEIXOTO, S; IRVING, M. A; CAMPHORA, A. L. **Violência Urbana no Contexto do Parque Nacional da Tijuca**. Rio de Janeiro, 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO (CNC). Violência diminui receita do turismo no estado do Rio de Janeiro. **Revista CNC Notícias**, nº 201, ano XVII, agosto 2017. (2017). Disponível em <https://www.fecomerciodf.com.br/violencia-diminui-receita-do-turismo-no-estado-do-rio-de-janeiro/>. Acesso em 30 de nov. de 2021.

SEPM. **Relatório de solicitação de dados via LAI**. Secretaria de Estado de Polícia Militar. Rio de Janeiro, 2021.

SIQUEIRA, E. D. Um Rio de Emoções: Turismo, Violência e Cotidiano nas Representações Midiáticas do Carnaval Carioca. **Revista Rosa dos Ventos**, Caxias do Sul, p. 458-468, 2012.

SKOGAN, W. G. “An Overview of Community Policing: Origins, Concepts and Implementation”. In: Williamson, T. (org). **The Handbook of Knowledge-Based Policing: Current Conceptions and Future Directions**. Chicago, John Willey & Sons, 2008, p. 43-57.

SOUZA, T. V. S. B.; SIMÕES, H. B. **Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira** - Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2017. Sumário Executivo. Brasília, ICMBio, 2018.

TOMÉ, M. B. M. Turismo, Medo e Violência. **Turismo & Sociedade**. Curitiba, v. 6, n. 1, jan. de 2013, p. 225-228, 2013.

Data da submissão: 13/03/2024.

Data da aprovação: 28/03/2025.